

# LESTE MODELO FINLÂNDIA

**Heinz Timmermann**

*Os reformistas de Moscou combatem energicamente os representantes da tendência de pensamento que permanecem ligados à lógica superada de uma contraposição entre sistemas e entre blocos*

"No Ocidente, o termo 'finlandização' sempre foi marcado por um sentido negativo. No léxico político, ele simbolizava a armadilha de um neutralismo tendencialmente pró-soviético capaz de abrir divisões perigosas no seio da Aliança ocidental. Mais do que um modelo de relações entre Estados tratava-se, portanto, de um conceito interno às relações Leste-Ocidente ligado inevitavelmente ao clima da lógica entre blocos. Com o fim da era Brejnev e a chegada de Gorbatchov, o cenário mudou radicalmente. Atualmente, a URSS reconhece o direito soberano dos ex-países irmãos, renunciando a permanecer como viga mestra de um sistema imposto pela força. Mais: a aceitação da Alemanha unificada na OTAN indica que Gorbatchov não tenciona tomar o caminho tático das fraturas e divisões internas no bloco ocidental, mas confia na possibilidade de chegar a uma situação global de segurança, estipulada e garantida entre Leste e Ocidente. Trata-se de uma verdadeira revolução estratégica



que atinge também o conceito de 'finlandização' destinado a ser reavaliado no novo cenário. O ensaio de Timmermann, em particular, faz o exame das novas relações entre Moscou e a Europa do Leste, na fase seguinte da superação das velhas doutrinas ideológicas. Trata-se de uma contribuição que traça um aspecto-chave da política internacional da URSS no quadro de uma profunda mudança genética pela qual está passando o sistema soviético: do socialismo real ao socialismo democrático de matriz europeia" (Bruno Gravagnuolo).

Quando, em 1987, Gorbatchov falou pela primeira vez da "liberdade de escolha" de cada povo, no Ocidente se pensou, de início, que este princípio se referisse somente aos países fora da "comunidade dos países socialistas". Mas, logo se viu tratar-se de um erro; neste período, a direção soviética não somente tolerou mas, a partir de 1989, em parte também favoreceu ativamente as mudanças revolucio-

nárias na Europa do Leste, voltadas para a liberdade, a democracia, a auto-determinação.

O ministro das Relações Exteriores, Shevardnadze, saudou este acontecimento como uma "queda natural dos sistemas de comando administrativos". No final do mês de dezembro, ele sublinhou que esta mudança levaria a "liberdade a cada povo para escolher em completa autonomia o próprio caminho e os próprios métodos para a construção de uma nova sociedade". E para deixar mais claro ainda, o ministro das Relações Exteriores sublinhou que, de agora em diante, os europeus do Leste não iriam conhecer mais nenhuma limitação da própria soberania causada por postulados ideológicos. O respeito a sua autonomia inclui até "possíveis transformações das instituições sociais, econômicas e políticas". Já anteriormente, em Malta, Gorbat-

Texto publicado em Rinascita 26 (05/08/90) e traduzido por Rosalba Fachinetti.

chov tinha respondido a uma pergunta relativa à atitude soviética em relação às mudanças na Europa oriental dizendo: "Estas mudanças devem ser saudadas porque se ligam à vontade dos homens de dar a suas sociedades uma face mais democrática e mais humana, e de abri-las para o restante do mundo".

Retrospectivamente, se vê claramente que o pensamento e a ação inédita da direção soviética com relação aos europeus do Leste não são resultado de uma grande e inovadora concepção de Moscou, preventivamente elaborada e definida até nos detalhes. São, mais precisamente, o resultado de uma dinâmica posta em movimento pela *perestroika* e pela abertura internacional de Moscou. E a partir de 1989, as próprias mudanças na Europa do Leste aceleraram por sua vez a nova orientação de Moscou com relação a seus aliados.

É verdade que, desde 1986, os reformistas em torno de Gorbachov tinham pressionado para uma mudança na Europa do Leste e, internamente, tinham manifestado o desejo de que os dirigentes stalinistas tardios dos partidos comunistas do Leste europeu fossem substituídos. Mas esperavam que esta mudança se desse possivelmente no *interior dos sistemas pré-constituídos*. Somente no decorrer de 1989, e, provavelmente, devido aos acontecimentos na Polônia e na Hungria, tomaram consciência do fracasso desta estratégia e aceitaram a liberdade de decisão até à *mudança de sistema*.

Sob este aspecto, a política de Moscou com relação aos países do Leste Europeu estava em constante atraso na abertura extrema que a União Soviética realizava em outros campos de suas relações com o exterior. Para Moscou, isso comportou conseqüências extremamente negativas. Hoje, a direção soviética não dispõe, de fato, de qualquer concepção concreta sobre suas relações com os próprios vizinhos da Europa do Leste. E não é por acaso que o esboço para a plataforma do 28.º Congresso do PCUS

(julho de 1990) apresentasse quanto a este aspecto, antes considerado essencial, somente algumas frases e, além do mais, bastante genéricas. Os dramáticos acontecimentos na Europa do Leste — se lê laconicamente — representam uma "superação dolorosa, e sujeita à crise, das experiências negativas na luta pelo socialismo". E mais adiante: "As mudanças nos Estados da Europa oriental não mudarão as relações amigáveis que temos com os povos desta região. Nós somos da opinião de que as reformas que ali se encaminharam, assim como a *perestroika* na URSS, criarão uma base natural e mais estável para contatos voluntários e favoráveis para todos".

É possível que os trechos do esboço da plataforma que se referem à Europa do Leste sejam tão reduzidos porque os reformistas de Moscou têm ainda de ouvir a "música" sempre mais estridente das tendências conservadoras presentes no PCUS. Neste momento — assim se diz, pelo menos, em Moscou — explodiu no partido "uma luta dura sobre a política interna", na qual os conservadores se apegam às "emoções sociais" e ao "pensamento imperial" e tentam "apresentar os desdobramentos da Europa do Leste como uma prova da falência do curso político e da *perestroika* enquanto tais". E é verdade que na União Soviética, em muitos setores do PCUS, ainda depois do 28.º Congresso, permanecem numerosas as vozes que lamentam "a liquidação da comunidade socialista" e fazem a seguinte pergunta demagógica: as sublevações na Europa oriental não levarão à ruína o todo da estrutura geo-estratégica, que custou à URSS um preço tão grande na luta contra o fascismo e o imperialismo? Os países desta região não deslizarão em direção ao capitalismo, com a conseqüência de que a União Soviética permanecerá sozinha na defesa dos valores socialistas, arriscando assim o isolamento?

Os reformistas de Moscou combatem energicamente os representantes desta tendência de pensa-

*Os reformistas de Moscou combatem energicamente os representantes desta tendência de pensamento que permanecem ligados à lógica superada de uma contraposição entre sistemas e entre blocos, e que durante a reunião do CC de fevereiro passado tinham até exigido as demissões de membros dirigentes do staff de Gorbachov e do próprio ministro das Relações Exteriores*

mento que permanecem ligados à lógica superada de uma contraposição entre sistemas e entre blocos, e que durante a reunião do CC de fevereiro passado tinham até exigido as demissões de membros dirigentes do *staff* de Gorbachov e do próprio ministro das Relações Exteriores. Os reformistas acusam os conservadores de querer manter também nas relações exteriores os velhos "métodos de comando e violência". Shevardnadze, por sua vez, sublinha que foram exatamente os conservadores a acelerar a "desagregação do alinhamento socialista" que agora lamentam. Segundo o ministro soviético, as razões principais são o "conservadorismo ideológico" de seus adversários, bem como "sua adversão para compreender os sentimentos de outros povos, a mania de forjar-lhes a vida conforme suas idéias e considerá-los como 'Estados-tampão' quando são, na realidade, Estados-soberanos".

A contra-ofensiva dos reformistas demonstra que Gorbachov e os seus aliados não podem simplesmente ignorar as tendências conservadoras presentes no próprio partido, mas que devem se confrontar com elas e estar dispostos, eventualmente, a fixar compromi-

tos. Porém, a contra-ofensiva marca também a determinação dos reformistas em prosseguir coerentemente em sua nova estratégia com relação aos europeus do Leste, e isso não obstante todas as resistências internas.

Muitas são as razões da nova estratégia soviética. No fundo do palco da autocritica aguda com relação à política das direções soviéticas precedentes, os defensores de Gorbachov indicam sobretudo os seguintes pontos que aqui resumimos sinteticamente:

1) Os regimes do Leste europeu se constituíam em uma fachada ausente de substância. Sua derrocada não se deveu ao trabalho subterrâneo de inimigos externos ou a uma soma de circunstâncias favoráveis e casuais. É, mais precisamente, a conseqüência do monopólio de poder dos partidos comunistas baseado na constrição e na violência, partidos que perderam o contato com os seus povos por causa do dogmatismo ideológico e da ineficiência econômica.

2) A mudança na Europa oriental deve ser saudada positivamente porque abre caminho a uma renovação profunda das sociedades, respondendo desta forma à aspiração da direção soviética de uma *perestroika* profunda em seu próprio país. Com certeza, cria, de início, outras inseguranças à medida que, na fase de transição do velho para o novo, se manifestam necessariamente instabilidades e novos perigos (como o insurgir de tendências nacionalistas). Mas, olhando atentamente, isso é menos perigoso do que uma estabilidade fictícia baseada na violência, visto que ela mesma leva, afinal de contas, a processos de desestabilização internos e externos que não podem ser controlados.

3) Com o passar do tempo, uma aliança com os europeus do Leste livremente estabelecida, que se baseie nos interesses recíprocos dos Estados e dos povos, é mais vantajosa para a União Soviética do que uma relação que resulte, na prática, em um reportar-se a doutrinas ideológicas comuns. *Do pon-*

*to de vista econômico*, a mudança para uma aliança entre iguais libera a União Soviética do seu *status* de "metrópole colonial", criando as premissas políticas para o desenvolvimento de relações de troca em que os preços acompanhem o mercado mundial. *Do ponto de vista político*, uma aliança deste tipo libera a União Soviética da necessidade de ter de empenhar suas reservas, em nome de uma suposta solidariedade de classe com as metas dos aliados mesmo se estas contradizem seus interesses.

4) O sistema de comando baseado na violência, imposto por Moscou aos europeus do Leste, estava sujeito a crises cíclicas e repetidamente tinha produzido perigosas instabilidades na região, condicionando ao mesmo tempo, também de maneira insuportável, as relações com o Ocidente. Diversamente, a tolerância e a sustentação dos europeus do Leste, devido à passagem dos sistemas totalitários de tipo staliniano-brejneviano para democracias pluralistas de tradição européias, representam uma importante medida de confiança para a construção de uma "casa comum européia". Constituem a premissa central para a aspiração da União Soviética de integrar plenamente o país à vida espiritual, política e econômica mundial.

Coerentemente com este novo enfoque, hoje, em Moscou, se saúda, por exemplo, a ajuda econômica ocidental aos europeus do Leste. É considerada como um "reverso benéfico do tabu stalinista de 1947 contra a aceitação do Plano Marshall por parte destes países". A direção soviética parte, evidentemente, da seguinte consideração: uma Europa oriental integrada ao mercado mundial favorece mais a economia soviética do que a conservação sem perspectiva do Comecon, e pode eventualmente servir à própria URSS como ponte em direção à Europa ocidental.

Hoje, são claras as conseqüências políticas às quais a direção soviética chegou por causa desta nova maneira de pensar. À parte a aceitação, hoje, da Alemanha unifica-

*Coerentemente com este novo enfoque, hoje, em Moscou, se saúda, por exemplo, a ajuda econômica ocidental aos europeus do Leste.*

*É considerada como um "reverso benéfico do tabu stalinista de 1947 contra a aceitação do Plano Marshall por parte destes países".*

da na OTAN, a aspiração de Moscou, tendencialmente, é a de construir a relação com os vizinhos da Europa do Leste seguindo o exemplo das *relações entre a União Soviética e a Finlândia*, tanto a nível diplomático como social. Não por acaso, Gorbachov, durante a sua visita a Helsinque em outubro de 1989, definiu como exemplares as relações bilaterais entre os dois países, e isso sobretudo no que diz respeito à vantajosa interdependência econômica para ambas as partes. Talvez pensasse também nas relações entre a União Soviética e a Europa oriental quando, naquela ocasião, deu à palavra "finlandização" um significado positivo.

O significativo ponto central de uma "finlandização" como esta reside no fato de que a União Soviética renega a doutrina do marxismo-leninismo pela qual a *comunhão ideológica* está na base da ação planejada sob o signo de uma "comunidade socialista". Para os reformistas, este conceito do período brejneviano caracteriza uma relação frágil que vai contra os interesses de todos os Estados e povos envolvidos; não é por acaso, portanto, que este termo tenha desaparecido de todos os documentos soviéticos. Segundo Shevardnadze, exatamente "o caráter democrático dos abalos sociais e políticos" na Europa do Leste responde aos interesses da União Soviética, "e não à conservação de um poder que se esconde por detrás das baionetas próprias e alheias".

Por isso, os reformistas de Moscou favorecem um desenvolvimento como este nas relações entre a URSS e os países do Leste europeu, relações “que se libertam de esquemas ideológicos e dogmas” e que “progressivamente se aproximam à praxe internacional normal”. Segundo sua opinião, o fato de se orientar em direção aos interesses nacionais de cada país contribuirá necessariamente para a redução dos custos econômicos e políticos da política externa de Moscou. Além disso, assim se diz em Moscou, favorecerá a disposição da Europa oriental de dar prosseguimento a uma colaboração ampla com a União Soviética em bases voluntárias. Após uma fase de transição e uma compreensível aversão emotiva em relação a Moscou, os europeus do Leste reconheceriam as vantagens de uma cooperação com a URSS a nível econômico, político e também de segurança, e isso ainda mais se a futura cooperação for baseada, desde agora, sobre princípios de livre escolha, direitos iguais e vantagens recíprocas.

Parece que a *leadership* soviética aceita, hoje, a perspectiva de uma “finlandização” externa da Europa oriental, isto é, a transformação radical e posteriormente a dissolução do Pacto de Varsóvia e do Conselho para a ajuda econômica recíproca (Comecon). O mesmo vale para a “finlandização” interna, isto é, a transição destes países para democracias parlamentares de tipo europeu.

Esta atitude se expressa sobretudo na avaliação que a União Soviética faz das mudanças que se deram no interior dos países da Europa oriental, mesmo destacando que as idéias do socialismo sobreviverão especialmente porque “as normas éticas do socialismo e a idéia de segurança social, igualdade, justiça e emprego garantido estão profundamente enraizadas na consciência do povo”. Mas os reformistas de Moscou estão perfeitamente cientes do fato de que isso, apenas, não basta para os europeus do Leste e que eles, com sua revo-

lução pacífica, aspiram a um ordenamento social baseado “nos princípios da democracia burguesa, da livre iniciativa e da economia social de mercado”. Neste contexto, os defensores de Gorbachov esperam que, após uma fase de transição, o pêndulo que em quase todo o território da Europa se moveu fortemente para direita possa oscilar novamente para esquerda, ainda que não em direção ao “socialismo real” dos tempos passados mas para “o socialismo democrático” de tradição européia.

E está claro que, nos cálculos soviéticos, os ex-partidos comunistas de Estado jogam um papel marginal — com exceção do partido búlgaro que se refundou com sucesso. Desde outubro de 1989, o PCUS acabou com a praxe de harmonizar as estratégias da “comunidade socialista” através dos canais partidários, convocando conferências especiais dos membros das secretarias dos partidos comunistas responsáveis pela ideologia, política externa, economia ou organização, em Moscou, sempre com maior frequência, se sublinham os seguintes aspectos negativos: a desmoralização e a perda de filiados destes partidos; os processos divisionistas presentes em seu interior; a dificuldade em conquistar o apoio de parte da classe operária e também de intelectuais, jovens e camadas progressistas de trabalhadores; e, finalmente, os problemas que surgem na tentativa de transformá-los, de maneira confiável e com sucesso, em “partidos modernos de esquerda” e de se aproximar “a nível programático, à social-democracia”.

O declínio das relações preferenciais com os ex-partidos irmãos é fruto certamente da *ideologização* da diplomacia de Moscou com relação à Europa oriental, mas deriva também da *convicção real-política* de que, a longo prazo, estes partidos não terão grande influência nesta região. Os reformistas do PCUS procuram, entretanto, intensificar os contatos com aqueles partidos e aquelas formações que hoje governam os países e que de-

cidem, portanto, sobre as relações futuras com a URSS. A União Soviética “não alimenta qualquer preconceito ou más intenções com relação aos novos políticos que tomaram o poder na Europa oriental”, se diz em Moscou. “Ao contrário, temos respeitado a vontade dos povos e desde o início tomado uma posição aberta e favorável”.

Com esta mudança de posição os reformistas do PCUS não se referem somente às novas social-democracias mas, também, às forças liberais, verde-alternativas e mesmo conservadoras da Europa do Leste que compartilham dos interesses e das perspectivas políticas dos “ocidentais” em torno de Gorbachov. Tudo somado, estas perspectivas poderiam ser definidas assim: luta contra um nacionalismo anti-soviético, relações de igual dignidade com a URSS, envolvimento da União Soviética nos processos pan-europeus de comunicação e integração (não separando-a e isolando-a da Europa).

É difícil, porém, criar relações construtivas com as novas formações antes mencionadas porque, até há pouco, os enviados soviéticos de Shevardnadze estavam proibidos de fazer contato com seus expoentes. É bastante provável, porém, que os reformistas de Moscou continuarão decididos por esse caminho. Também neste caso, provavelmente, será estimulante o exemplo positivo das relações entre Moscou e Helsínque: já faz muitos anos, na Finlândia, o PCUS mantém boas relações não somente com a social-democracia mas também com o partido de centro, de origem burguesa. E as relações são produtivas exatamente porque não se baseiam nos mesmos fundamentos ideológicos, mas porque são dirigidas pelo interesse que ambos têm em uma boa relação de vizinhança entre Estados e os povos, e da vontade de ambos de intensificar a colaboração pan-européia. Isso corresponde exatamente às idéias que Gorbachov e seus defensores têm sobre a nova orientação política soviética com relação aos vizinhos do Leste europeu.